

"O ENGENHO CENTRAL DO BOM JARDIM"

Jonas Soares de Souza (*)

A inauguração do Engenho Central de Quissamã (Macaé, RJ), em 1877, marcou o início da transformação da indústria açucareira no Brasil. Depois dele seguiram os de Morretes (Paraná), Porto Feliz (São Paulo) e Barcelos (Rio de Janeiro), inaugurados no transcorrer de 1878, e o de Bom Jardim, no município de Santo Amaro, Bahia, inaugurado a 21 de janeiro de 1880.

O princípio fundamental do projeto dos Engenhos Centrais consistia na separação da fase manufatureira da produção da fase agrícola. Henri Raffard, também fabricante de açúcar, justificava o projeto nos seguintes termos: "A divisão do trabalho era urgentemente reclamada para o progresso da indústria do açúcar de cana, não só porque o cultivo da gramínea necessita e continua a necessitar de melhoramentos que bastem para prender toda a atenção do lavrador, como porque o fabrico do açúcar exigia reformas igualmente imperiosas e suficientes para ocupar o fabricante exclusivamente" (1). Com a criação de um certo número de Engenhos Centrais, abastecidos com cana fornecida pelos "senhores-de-engenho", os mentores do projeto pretendiam reduzir os custos de fabricação do açúcar, permitindo ao produto brasileiro concorrer em melhores condições no mercado mundial. E, para a construção desses Engenhos Centrais, o governo imperial concedia importantes estímulos, especialmente a garantia de uma taxa de juros de 7% ao ano sobre o capital investido, isenção de direitos de importação sobre máquinas e instrumentos, facilidade para a desapropriação de terrenos e edifícios necessários à implantação da fábrica.

Alguns autores exageraram o volume da participação dos investimentos estrangeiros no projeto dos Engenhos Centrais (2). Entretanto, a maioria dos estabelecimentos que chegaram a funcionar foi construída por

(*) Do Setor de História do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

(1) RAFFARD, Henri — (Relator do Júri) — *Exposição de Açúcares e Vinhos. Relatório do Júri da Seção dos Açúcares da primeira Exposição Especial Brasileira de Açúcares e Vinhos organizada pelo Centro da Indústria e Comércio de Açúcar inaugurada a 5 de janeiro de 1889 pelo Senador Conselheiro Dr. Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (Rio, 1890).

(2) GRAHAM, Richard — *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil* (1850-1914), tradução de Roberto Machado de Almeida (São Paulo, 1973); PERRUCCI, Gadiel — *A república das usinas. Um estudo de história social e econômica do Nordeste: 1889-1930* (Rio, 1978); e RODRIGUES, José Honório — "A revolução industrial açucareira. Os Engenhos Centrais", *Brasil Açucareiro* (Rio, fev./abril, 1946).

empresas nacionais ou, então, por famílias como a Costa Pinto, proprietária do Engenho Central do Bom Jardim, estudado neste livro de Eul-Soo Pang.

A obra, co-editada pelo Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, está dividida em duas partes. Na primeira, o autor traça a trajetória da família Costa Pinto na vida econômica, social e política da Bahia, analisando principalmente a sua contribuição na modernização da agricultura da Província.

O autor destaca a atuação de Antônio da Costa Pinto Júnior, Conde de Sergimirim, membro da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (fundada em 1832) e do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (fundado em 1859), do qual foi presidente por quase dez anos. Durante sua gestão inaugurou-se a Imperial Escola Agrícola da Bahia. O Instituto, como afirma o autor, era o canal através do qual a elite econômica e social da Província ventilava suas queixas comuns e apresentava soluções para os problemas econômicos. As idéias inovadoras eram analisadas pela Diretoria e transmitidas ao governo provincial para implementação. Sergimirim exerceu a presidência da Companhia Engenho Central do Bom Jardim e planejou a organização inicial da Estrada de Ferro de Santo Amaro, depois pertencente à Província.

A família Costa Pinto e seus associados, entre os primeiros a receberem uma concessão imperial, foram os únicos a completarem a construção de um Engenho Central na Bahia. Os concessionários eram o então Visconde de Sergimirim (1876), o Barão de Aramaré (irmão de Sergimirim), o Barão da Oliveira (filho de Sergimirim), Francisco Xavier Catilina (negociante e, durante algum tempo, banqueiro em Salvador) e Manuel Pinto de Novais (negociante-banqueiro e o braço direito de Sergimirim no Instituto de Agricultura). Cícero Dantas Martins (futuro Barão de Jeremoabo), genro de Sergimirim, também desempenhou papel-chave na execução do projeto do Engenho Central.

Segundo o autor, "a abertura de Bom Jardim foi certamente um ponto decisivo na história da agricultura brasileira. Era das primeiras usinas do Império que separava, segundo o princípio da divisão de trabalho, o cultivo da cana da fabricação do açúcar. (...) As expectativas de Bom Jardim foram tão elevadas que os investimentos britânicos apressaram seus planos de construir usinas rivais (...). Bom Jardim na Bahia e Quissamã no Rio, não só deram um ar promissor à indústria do açúcar, como também renovaram esperanças para um novo período de rejuvenescimento pela introdução maciça de insumos tecnológicos e de capital estrangeiro" (págs. 44/45).

Entretanto, o projeto dos Engenhos Centrais não estava sendo bem sucedido. Uma das principais razões do fracasso recaía no fornecimento incerto da cana, que afetou até mesmo Bom Jardim, abastecido em grande parte pela matéria-prima oriunda das propriedades rurais da própria família Costa Pinto e de seus aliados. Asfixiado pelas dívidas e tolhido

pela escassez de matéria-prima, Bom Jardim foi vendido em 1891 à Companhia Agrícola Usinas e Terras.

O autor procura explicar o fracasso dos experimentos da família Costa Pinto através de uma "perspectiva mais ampla": a ação retrógrada das facções políticas dos proprietários rurais do Recôncavo, que destruíam os planos renovadores nos legislativos provincial e geral; e o fato de que, apesar do domínio tradicional do posto de primeiro-ministro pelos proprietários rurais açucareiros do Norte, o Conselho de Estado, que tinha a faculdade de influir sobre medidas propostas pelos governos central e provincial, era dominado pelos potentados do Centro-Sul, que defendiam os interesses do café (págs. 57/58).

A segunda parte do livro, a dos Anexos, elaborada com a criteriosa participação dos pesquisadores da Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas do Arquivo Nacional (especialmente Rui Vieira da Cunha e Jaime Antunes da Silva), encerra um imenso volume de informações valiosas para o estudo da agro-indústria açucareira do Brasil na fase dos Engenhos Centrais.

Já na primeira parte, o quadro dos cinco primeiros Engenhos Centrais brasileiros e o conteúdo das notas de números 100 a 115 (págs. 58/78) talvez tenham esgotado as informações sobre a fase de organização e inauguração desses estabelecimentos.

Na coletânea dos documentos mais significativos de Bom Jardim, as transcrições estão acompanhadas de exaustivas notas explicativas. As lacunas devem ser atribuídas à lamentável perda de documentação do Ministério da Agricultura (cf. nota 1, pág. 91).

O volume traz ainda o quadro genealógico da família Costa Pinto, o histórico das titulações e uma vasta bibliografia sobre o assunto. As fotografias dos exemplares arquitetônicos aparecem com comentários do arquiteto Donato Mello Júnior, e as dos brasões são analisadas por Paulo Braga de Menezes.

Fiel a sua linha de publicações, o Arquivo Nacional, com este livro de Eul-Soo Pang, oferece mais um instrumento de trabalho aos estudiosos da economia brasileira.

PANG, Eul-Soo — *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana — Alguns Aspectos de sua História (1875-1891)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, 318 págs., mais suplemento de 5 págs.